

JONAS DONIZETTE

PREFEITO

Henrique Magalhães Teixeira

VICE-PREFEITO

Rogério Menezes

Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

PLANO MUNICIPAL DO VERDE

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 05/05/2016

**SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE, MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

COORDENAÇÃO GERAL

Ângela Cruz Guirao

Mariana Ferreira Cisotto

EQUIPE

Alethea Borsari Peraro

Ana Paula Pellegrino

Carolina Maria Neves Quadros

Gabriel Neves

Guilherme Henrique Pereira da Silva

Heloísa Fava Fagundes

Juliano Braga

Paulo Ricardo E. de Carvalho Neto

Rebeca Veiga Barbosa

Vitor Moraes Ribeiro

SUMÁRIO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA	5
REGISTRO FOTOGRÁFICO	27
LISTA DE PRESENÇA	29
BANNER DA AUDIÊNCIA PÚBLICA	33

Ata da Audiência Pública para Apresentação e Discussão da Fase de Prognóstico do Plano Municipal do Verde

Aos cinco dias do mês de maio de 2016, com início às 18h30min, nas dependências do Salão Vermelho, do Paço Municipal, sito na Av. Anchieta, 200, Centro, Campinas/SP, realizou-se a Audiência Pública do Plano Municipal do Verde/Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMV). O arquiteto Cezar Capacle da Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS) iniciou os trabalhos convidando para a mesa inicial o Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA), Carlos Alexandre, o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara de Vereadores de Campinas, Vereador Luiz Carlos Rossini e o Secretário Municipal da SVDS, Rogério Menezes.

Realizada a composição da mesa inicial, o Presidente do COMDEMA, Carlos Alexandre, iniciou suas considerações reforçando a importância do momento de discussão do Plano Diretor Estratégico do município de Campinas, que receberá subsídios provenientes do Plano Municipal do Verde e do Plano Municipal de Recursos Hídricos (PMRH). O Presidente ressaltou que as áreas indicadas para conservação e para recuperação no município de Campinas estão destacadas no Plano Municipal do Verde e que o Plano recebeu prioridade técnica para sua elaboração, contando com a participação do COMDEMA em todas as oficinas técnicas. Carlos Alexandre encerrou sua fala salientando a aprovação do Plano pelo COMDEMA por unanimidade na 170ª Assembleia Ordinária de 27 de abril de 2016 e reforçou a importância do papel da indústria na aplicação do Plano Municipal de Recursos Hídricos e do Plano Municipal do Verde.

Encerrada a fala do presidente do COMDEMA, o arquiteto Cezar Capacle passou a palavra para o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara de Vereadores de Campinas, Vereador Luiz Carlos Rossini realizar suas considerações iniciais.

O Vereador deu início a sua fala destacando a gratificação em participar do processo de estruturação da SVDS, da elaboração do Plano Municipal do Verde, do Plano Municipal de Recursos Hídricos, do Plano de Saneamento Básico, das ações ambientais realizadas pela Secretaria, da implantação do Licenciamento Ambiental Online (LAO), do Guia de Arborização Georreferenciado, do Selo de Qualidade Ambiental e da estruturação do Departamento de Proteção e Bem Estar Animal (DPBEA).

Sobre o Plano Municipal do Verde, Rossini recordou a apresentação realizada ao Prefeito Jonas Donizete e salientou que a formulação da política é um dos passos de maior dificuldade na implantação de políticas públicas.

O Vereador encerrou suas considerações iniciais ressaltando que o município é uma das únicas cidades de grande porte com Planos que façam com que o crescimento urbano e populacional não prejudique o meio ambiente e que também seja possível nortear ações de preservação e recuperação ambiental, permitindo que os munícipes usufruam dos benefícios oferecidos pelos patrimônios naturais.

Encerradas a participação inicial do Vereador, o arquiteto Cezar Capacle convidou o Secretário do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Rogério Menezes, a realizar suas considerações iniciais.

O Secretário iniciou sua fala ressaltando a importância da aprovação do Plano Municipal do Verde, que incorpora também o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, pelo COMDEMA como prevê a Lei da Mata Atlântica. Rogério destacou que o Plano não se restringe à SVDS e que representa toda a municipalidade, sendo um Plano elaborado para a recuperação e o desenvolvimento de Áreas Verdes do município de Campinas, realçando a forma multidisciplinar e transversal do PMV, que se incorpora no planejamento do município junto do PMRH e do Plano Municipal de Educação Ambiental, que se encontra em fase de elaboração.

Rogério salientou também o momento de revisão do Plano Diretor Estratégico do município e a importância do planejamento da SVDS ser integrado ao Plano Diretor, permitindo com que as ações propostas sejam aplicadas e os cenários previstos sejam implantados.

O Secretário apresentou ao público presente o PMV em números, indicando que o processo de elaboração do Plano contou com a realização de seis Oficinas Participativas, duas Oficinas com o COMDEMA em parceria com a SOS Mata Atlântica e uma Consulta Pública na fase de diagnóstico, totalizando 500 pessoas nos processos descritos, além das 241 pessoas que se manifestaram através do Questionário Online. Rogério citou ainda que o PMV conta com sete programas, 23 atividades, 49 trechos de Parques Lineares propostos, abrangendo 940 hectares, proposição de 1677 hectares de áreas protegidas, 280 km de Linha de Conectividade, 1590 hectares de Áreas de Preservação Permanente (APP) recuperadas com previsão de 2.650,530 mudas de árvores nativas plantadas até 2025, e a criação seis Núcleos de Conectividade prioritários.

Rogério encerrou suas considerações solicitando que a sociedade exija junto ao poder público o compromisso de ampliar o Índice de Área Verde Social (IAVS) de 6,2 m²/ habitante para 12,8 m²/ habitante até 2025 e manter o Índice de Área Verde por habitante em 87 m²/ habitante, diminuindo a desigualdade ambiental no município, que muitas vezes é maior que a própria desigualdade social.

Finalizadas as considerações iniciais, o arquiteto Cezar Capacle realizou a leitura da convocação da Audiência Pública, publicada no Diário Oficial do Município nas datas de 05, 06 e 07 de abril de 2016 e passou a condução dos trabalhos para Dra. Ângela Cruz Guirao, Coordenadora do Plano Municipal do Verde.

A coordenadora iniciou os trabalhos apresentando as questões norteadoras para a elaboração do PMV e os principais aspectos observados durante a fase diagnóstica do Plano. Ao finalizar a explicação dos conceitos iniciais, Ângela realizou a apresentação dos resultados obtidos na fase de prognóstico, com os cenários propostos, as áreas prioritárias para conservação e recuperação, os parques lineares propostos e os programas e ações contidos no Eixo Articulador. Finalizou indicando que os produtos resultantes do PMV estão disponíveis em: http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/plano_municipal_verde.php, cujas contribuições podem ser encaminhadas em até 15 dias para o e-mail: planoverde@gmail.com.

Ao término da apresentação, o arquiteto Cezar Capacle convidou para compor a mesa técnica a Dra. Ângela Cruz Guirao, coordenadora do Plano Municipal do Verde, a Dra. Mariana Cisotto, também coordenadora do Plano Municipal do Verde e da Coordenadoria do Verde e a Engenheira Sylvia Teixeira, assessora do Gabinete do Secretário. Realizada a composição da mesa, foram abertas as inscrições para o primeiro bloco de perguntas da Audiência Pública, formuladas em filipetas e microfone. Os questionamentos e respostas estão apresentados abaixo:

(José Furtado) De uma maneira geral, uma questão que não foi colocada é a da manutenção dos atuais parques. Não sei como vocês pretendem trabalhar isso, mas me preocupa muito e a todos nós do COMDEMA e cidadãos a questão do retalhamento que está sendo feito em alguns parques. Existe por exemplo no Parque Portugal uma proposta de construção de uma casa da sustentabilidade, que nós já nos manifestamos contra. Existe no Parque Monsenhor Salim a proposta de fazer um teatro no meio do parque, que nós já nos manifestamos contra e o Parque

Yasser Arafat que foi cortado por uma avenida, retalhado pelo aumento de viário. Então nós estamos reduzindo as nossas Áreas Verdes disponíveis e essas coisas têm que mudar para que minimamente seja possível alcançar o número que foi apresentado de Áreas Verdes.

Como iremos trabalhar isso nos próximos dez anos? Eu entendo o porquê de usar UTB e Macrozonas para tratar Áreas Verdes sociais, mas eu não compreendo, pois todo o restante do trabalho é realizado em cima das microbacias, inclusive o Plano de Recursos Hídricos, que casa perfeitamente com isso e acho que dentro do contexto do novo Plano Diretor isso vai ser um complicador, nós vamos ter divisões em UTB e Macrozonas que não vão existir mais e temos o Plano de Recursos Hídricos e o Plano do Verde com diferentes divisões territoriais que vão complicar a integração de todo esse trabalho.

Outro ponto, essa divisão das UTB leva a visões distorcidas das Áreas Verdes, por exemplo, o Parque Monsenhor Salim foi apresentado como nível muito alto. Sabidamente o Parque Monsenhor Salim não tem Área Verde, tem pouquíssima Área Verde na realidade e, no entanto está como se fosse a área com maior adensamento verde da cidade. Portanto temos algumas distorções que devem ser tratadas, para que não pareça algo que não é.

Além disso tenho pergunta técnica com relação ao caso das regiões sociais. O tamanho da área é o tamanho do lote? No caso, por exemplo, do Parque Portugal, qual é a área do Parque Portugal? É toda a área que inclui o lago, inclui kartódromo ou é a Área Verde do parque, que representa talvez 30% do total?

Por último, uma questão a respeito da arborização urbana. No âmbito do COMDEMA fiz essa mesma consideração pelo seguinte: Acredito que ao remeter essa pergunta ao Plano Diretor, fará com que ela não seja tratada. Se não sair um Plano B no governo, com uma recomendação, normas, regulamentos e outras coisas que orientem os que estão trabalhando no Plano Diretor, nada vai acontecer.

(Laura Bueno) Do ponto de vista conceitual, fiquei com uma dúvida. Vocês falam sobre os conceitos de Área Verde de Função Social e Área Verde de Função Ambiental e quando comentado sobre a política ambiental do município pela Secretaria do Verde foi comentado sobre o Plano do Verde, de Recursos Hídricos, de Saneamento e de Educação Ambiental. Assim alguns aspectos relacionados à questão ambiental urbana do Plano, como problema das ilhas de calor na

metrópole, problema de eventos extremos, mudanças climáticas, problemas relativos ao conforto ambiental como sombreamento, temperatura, umidade relativa do ar, qualidade do ar, recarga de aquíferos não foram tratadas dentro desse Plano, entretanto do ponto de vista de algumas teorias ambientais, já estão ocorrendo diversas iniciativas e proposições de ações dessa área para esse assunto. Para não estender muito, vou colocar para vocês como essas questões ambientais estão muito relacionadas à presença do verde no ambiente urbano e em que âmbito Campinas vai contemplá-las como políticas públicas. Nesse caso eu entraria com um plano de arborização, pois a arborização urbana tem uma função ambiental. Boa parte dos mapas que foram apresentados nas propostas não envolve o espaço urbano, entretanto esse espaço pode ter uma função vital, bastante importante para o meio ambiente se houver uma intensificação da arborização. Planos de arborização não precisam necessariamente possuir somente espécies nativas, eu sei que trata-se de uma discussão bastante importante dentro entre os setores de planejamento urbano e os setores, mas a gestão pública eventualmente terá que enfrentar questões que envolvam a remoção de árvores e outros conceitos relacionados à arborização urbana.

Em segundo, tenho uma pergunta relacionada à qualidade da água. Em diversos trechos de Parques Lineares propostos, como isso vai se casar com o nível de qualidade de água, pois sabemos que os problemas que temos em Áreas Verdes de loteamento, que são as faixas verticais e que estão geralmente poluídas, mal-cheirosas e não nos dão prazer em sua convivência. Nesse sentido, eu gostaria de entender um pouco melhor, a previsão de realização de outros pequenos parques com nascentes que tivessem cerca, funcionários, portaria. Gostaria de lembrar a questão das áreas contaminadas, pois me parece que temos diversas áreas contaminadas que poderiam ser tratadas com programas específicos.

Por último volto para a questão do urbanismo e urbanismo ecológico, especificamente para a questão das áreas públicas de loteamentos, desmembramentos, condomínios e vários empreendimentos. Essa sim é uma legislação que precisa ser casada com o Plano Diretor e com a Lei de Uso e Ocupação do Solo, hoje sabemos que grande parte do problema com essas áreas é que elas foram confundidas desde os anos 50 com Áreas Verdes, então gostaria de saber se já há uma proposta com relação a isso.

(Eduardo Bazém) O meu questionamento é específico com relação a nossa fauna. Gostaria de sugerir a implantação de pontes e túneis verdes, dando um pontapé inicial nesse assunto. Coletei

um dado com a EMDEC, onde foi constatado que temos em Campinas as seguintes concessionárias: Renovias, Rota dos Bandeiras, Colinas, AutoBan e Rodovias do Tietê. No meu pensamento, eu venho analisando, inclusive para estar divulgando isso na nossa revista de circulação municipal, que essa atribuição, essa responsabilidade é das concessionárias. Dos presentes na Audiência, qual nunca se deparou com animais mortos dentro da cidade ou em uma rodovia? Quando falamos das rodovias, penso que a responsabilidade é deles. Não sei se no Brasil existe alguma ponte verde ou túnel verde, então fica a minha sugestão em nome da Associação Ambientalista Mata do Quilombo.

(**Carlos Alexandre**) Nós entendemos que o Plano na verdade é um ponto de referência, estabelece um critério de planejamento justamente para que possamos efetuar os ajustes necessários no decorrer da implantação de programas e de respectivos projetos que vão subsidiar a efetividade da proposta que está sendo trazida. Nesse sentido eu gostaria de deixar uma pergunta para vocês. Com relação aos questionamentos que foram colocados aqui, tanto na questão da arborização urbana, um fato importante que foi referenciado de maneira superficial no Plano, assim como toda a outra interface dele com o Plano de Recursos Hídricos, qual é a interface em função dos programas e dos projetos? Pela minha participação nos Planos em ambas as situações foram pensadas nesse sentido, de modo que os programas e os projetos viessem a sanar esses problemas encontrados.

No segundo item, temos uma situação com algumas operações urbanas assinadas, onde eu não entendo porque elas não foram citadas. Uma delas ocorre no Capivari, onde temos uma avenida enorme, com uma proposta de uma estrada-parque, proveniente de uma operação urbana assinada, com decreto e com legislação. Existe a possibilidade de se trazer um recurso ambiental para recuperação de todo manancial e da área e não retirar essa verba de recursos públicos. A questão central é que não vi citada a questão das operações urbanas no texto para que a gente pudesse aproveitar o recurso disponível para o Plano do Verde.

Gostaria que vocês falassem também da questão da interface com o Plano de Desenvolvimento Metropolitano, que é uma discussão que está sendo feita pela AGENCAMP e engloba essa questão das rodovias que está sendo trazida aqui e inclusive de outras Unidades de Conservação no entorno que acabam atingindo de fato o território de Campinas.

(Milton Frungilo) A minha preocupação é em decorrência do meu acompanhamento do desenvolvimento urbano. Têm se pensado muito em áreas de ocupação humana, áreas de ocupação urbana, mas não tem se visto muito quais são as obrigações das pessoas que ocupam essas áreas. Temos alguns exemplos de pessoas que vivem em empreendimentos que ocupam partes de APA, querem morar no colo da mãe natureza, mas não querem animais próximos. Temos casos recentes de mortes de seriemas que se deslocam pelos empreendimentos e riscam os carros. A pessoa quer morar em uma APA ou uma área próxima a matas mas não tolera animais e não existe nenhuma legislação na qual estejam instituídos os direitos e deveres de quem vive nessas áreas.

Encerrado o ciclo com as primeiras perguntas, o arquiteto Cezar Capacle passou a condução dos trabalhos para a mesa técnica, afim de que a mesma realizasse os esclarecimentos sobre o primeiro bloco de perguntas e elencou os principais pontos observados nos questionamentos (manutenção dos parques existentes, utilização de UTB *versus* Bacias, definição de Área Verde, questão da arborização urbana, conforto ambiental, qualidade da água, Áreas Verdes públicas, implantação de corredores ecológicos e passagens de fauna, incorporação da arborização urbana, interfaces entre Plano do Verde e Plano de Recursos Hídricos, operações urbanas, Plano de Desenvolvimento Metropolitano e a expansão urbana na APA).

(Dra. Mariana Cisotto – Mesa Técnica) Vou iniciar esclarecendo por ordem das questões centrais que foram elencadas. Sobre as UTB, sobre o uso das microbacias e sobre essa proposta de regionalização. Ela parece confusa porque existem diversas formas de dividir o território. Como não temos uma medida em que possamos fazer uma comparável, nós nos propusemos a fazer essa divisão em UTB. Como estou pensando em densidade demográfica, tivemos que nos restringir a essa UTB, impossibilitando a análise no meio rural. Nós fizemos um esforço também para extrapolar este dado no cenário para 2025, uma vez que a preocupação é a densidade demográfica. Equiparadamente na parte ecológica essa divisão ficou estabelecida por bacias. O estabelecimento da divisão por bacias se deu, pois estamos pensando em conectividade, em proximidade entre fragmentos e eu só consigo estabelecer essa proximidade através da APP. Nós realizamos a análise das métricas de Ecologia de Paisagem e tivemos a percepção de que estão totalmente vinculadas ao rio, portanto optamos pela utilização de bacias. Não é a mesma medida do Plano Diretor, mas

se houver na revisão do Plano Diretor uma modificação nessas medidas, daqui dez anos assumiremos essas novas proposições.

Sobre o Parque Ecológico, ele apresenta de fato um IAVS muito alto, pois ele é uma Área Verde em sua totalidade. É uma área com grande permeabilidade, com vegetação gramínea, arbórea e que apresenta uma função social. Tanto no Parque Ecológico, quanto no Bosque dos Jequitibás, quanto no Parque Portugal nós consideramos como Área Verde todo o parque, pois estamos pensando no uso desses lugares. No mapa de vegetação, as áreas de vegetação adensada dentro desses parques estão como áreas de vegetação remanescente, entrando na outra dinâmica utilizada para a análise de Áreas Verde de função ecológica.

Sobre a arborização urbana, no nosso Documento Orientador, no começo do entendimento do Plano, com todas as questões sobre as estratégias a serem utilizadas e metodologias propostas para análise das Áreas Verdes, ficou entendido que arborização urbana não configura uma área, são indivíduos que apresentam uma linearidade. Sendo assim, trabalhamos em mapas com uma escala de 1:10.000 para realizar o mapeamento das áreas de vegetação e trabalhamos planejando o entendimento para uma escala de município. Dentro dessa escala, eu não conseguiria olhar para um indivíduo arbóreo plantado em uma rua. A arborização urbana é absolutamente importante ecologicamente, servindo de poleiro para aves, auxiliando na interceptação e atuando no controle de microclima urbano. É essencial que exista um plano sobre isso, essencial que se cumpra o Guia de Arborização Urbana de Campinas (GAUC), que prevê uma árvore a cada dez metros e é imprescindível que ocorra uma readequação das áreas centrais para uma maior arborização. Sobre o assunto, o que temos a informar é que existe um Plano de Arborização Urbana para o município de Campinas, que foi feito em 2013 e revisto em 2015 pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SMSP). Trata-se de um plano operacional, fugindo de uma escala de entendimento para o município como um todo, como se propôs o PMV, mas há algum regimento. Talvez, em decorrência dessa questão ter aparecido diversas vezes nas reuniões que temos realizado pelo Plano do Verde, caberia ao COMDEMA reforçar essa solicitação visando um planejamento rigoroso para arborização urbana no município.

Nesse momento, José Furtado interrompeu a fala da Dra. Mariana explicitando o fato de que a Audiência Pública é um instrumento no qual podemos exigir ações como a elaboração de um Plano de Arborização Urbana municipal com maior rigorosidade, não dependendo exclusivamente do COMDEMA.

A Dra. Mariana retomou sua fala confirmando os argumentos de Furtado e elencando diversas demandas que foram protocoladas ou que estão sendo tratadas pela equipe técnica SVDS ou através de convênios, como o estabelecido com a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCC).

Sobre a manutenção dos parques existentes, foi estabelecido um programa dentro do PMV de coordenação da SMSP que trata a gestão desses parques. Existem propostas como a criação de um regimento interno para cada parque, gestores de parque definindo permissões, proibições, arborização permitida e outros fatores relacionados à gestão.

Com relação a interface com PMRH, estamos elencando quais seriam as áreas prioritárias coincidentes pra definir a partir desse ponto que tipo de programa seria mais adequado e quais seriam as melhores estratégias.

Em seguida a Dra. Mariana passou a condução dos trabalhos para a Engenheira Sylvia, que continuou com os esclarecimentos referentes ao primeiro ciclo de perguntas.

(Eng. Sylvia Teixeira – Mesa Técnica) O meio ambiente transversa entre as Secretarias e tem uma interface com diversos assuntos. Uma recomendação que temos é de que realizemos um recorte, pois um plano que aborda tudo acaba por não ser aplicado. Temos que tratar a proteção de nascentes, a fauna e todos os outros aspectos do meio ambiente dentro do município. Sendo assim, o Plano é justamente a estratégia, ele nos norteia sobre quais ações devemos tomar primeiro, pois é impossível nesse momento realizar todas as ações necessárias para todas as árvores, todos os animais ou todos os cursos d'água. Diante disso, o Plano é a forma de estudar um assunto complexo e tentar otimizar recursos e conhecimentos para ter maior efeito dentro de um horizonte de dez anos, onde não iremos resolver todos os problemas do município. Espera-se, porém, que resolvam-se aqueles mais relevantes, que irão garantir uma boa qualidade de vida para a cidade. A frustração sobre alguns assuntos não abordados é comum, mas existe um porque do plano exigir um recorte para que possamos saber o que iremos priorizar. Dentro do PMV, por exemplo, foram abordadas principalmente as Áreas Verdes de função social e Áreas Verdes de função ecológica, fato que acabou excluindo a questão da arborização urbana.

Respondendo a questão da professora Laura, com a elaboração dos Planos a equipe técnica adquiriu um amplo conhecimento que permitiu com que enxergássemos a cidade de maneira

diferente, saindo da ideia de que temos que recuperar todas as APP, todos os rios, todas as Áreas Verdes e indo para o pensamento em cima das áreas prioritárias, que trarão um benefício maior. A interface com o urbanismo, nós vamos tentar tratar no Plano Diretor. Os planos têm objetivos específicos e tudo aquilo que é pertinente à questão de uso e ocupação do solo, à ocupação urbana e as interfaces urbanísticas, nós vamos tentar tratar dentro do Plano Diretor. Isso explica também a questão de áreas de recarga de aquífero, uma vez que nós não temos dados sobre essas áreas, sendo necessários novos estudos para que possamos delimitar e regular o uso dessas áreas de recarga.

Sobre a qualidade das águas, foge um pouco do tema do PMV, porém sabe-se que uma baixa qualidade da água pode afetar a vegetação. Nós não temos hoje uma rede de monitoramento de qualidade da água, mas esse fato apresenta-se como um programa proposto pelo PMRH.

Com relação às áreas contaminadas, estamos realizando estudos para poder criar séries históricas para que possamos criar uma estratificação, observar quais áreas, quais contaminantes e quais atividades estão relacionadas com a contaminação. Porém, essa área compete a Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (CETESB), a SVDS trabalha de forma complementar junto da companhia. O caso do bairro Mansões Santo Antônio está exclusivamente com a SVDS por uma questão de saúde pública, porque compete ao interessado remediar a área. Hoje trabalhamos de forma paralela com a CETESB, para que possamos trabalhar mais a fundo o assunto, delimitando essas áreas e estabelecendo ações mais eficazes.

As Áreas Verdes de sistema de lazer no começo eram um sistema de áreas livres que apresentava todas as áreas misturadas. Recentemente foi estabelecida uma distinção de Áreas Verdes que permite um percentual dedicado ao paisagismo. Entendemos diante dessa distinção, que inclusive já é aplicada no PMV, que Áreas Verdes estão associadas às Áreas Verdes de loteamento. Sistemas de Lazer são aqueles que chamamos de parques, praças e bosques públicos, aquelas de uso público voltado ao lazer, a socialização, a cultura ou esporte. O problema maior é que hoje se tem um percentual de Áreas Verdes, porém não existe uma análise qualitativa sobre essas áreas. Muitas vezes elas existem, mas não estão dispostas de maneira adequada. Estamos trabalhando com outras secretarias dentro de uma resolução interna que dá parâmetros para aprovação de novos loteamentos que respeitem as demandas de conectividade.

Encerrada a fala, a Engenheira Sylvia passou a condução dos trabalhos para a Dra. Ângela Cruz Guirao.

(Dra. Ângela Guirao – Mesa Técnica) A questão das passagens de fauna já está sendo tratada pela SVDS em parceria com a Fundação José Pedro de Oliveira (FJPO), inclusive as primeiras passagens que estamos idealizando necessitam de estudos específicos sobre quais espécies estão ali localizadas. Como dito pelo senhor Eduardo nós temos no Brasil poucas áreas em que existem passagens de fauna implantadas, o que dificulta na busca por subsídios. A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), também está trabalhando com a SVDS e eles realizaram um trabalho de cerco às APP, e reduziram o número de atropelamentos dentro do *campus* à zero. Temos que utilizar desses exemplos para que possamos começar. Uma das ideias que inclusive se encontra dentro da linha de conectividade, a primeira etapa de conexão, partindo de Santa Genebra vai fazer com que a SVDS preveja as passagens de fauna. Já estamos realizando algumas adaptações, nas proximidades da Santa Izabel, já realizamos essas adaptações com o sistema de drenagem, onde duas aduelas que seriam trocadas já foram modificadas, inclusive uma hoje é uma passagem seca. É preciso que nós utilizemos essas informações para que possamos implantar essas passagens de fauna. Nós solicitamos, porém ainda não obtivemos resposta junto à Rota das Bandeiras, um documento com o número, local e tipo de animal atropelado, fato que vai favorecer os estudos sobre o tipo de passagem a ser construída. Ao mesmo tempo que é um ponto positivo o município ser cortado por diversas rodovias, temos também esse aspecto negativo que não possui nenhuma ação visando minimizá-lo. Em um dos estudos de campo que realizamos, no primeiro ponto por onde passamos já encontramos um Tapeti atropelado. Nós estamos trabalhando também junto com o DPBEA, que tem como diretor o Sr. Paulo Anselmo, que possui grande experiência com animais silvestres e que vai discutir o assunto junto com a equipe técnica. Sem a fauna não é possível conectar, por isso foram abordados dentro da discussão do Plano temas como a introdução *in-situ* e *ex-situ*.

Ao final dos esclarecimentos, a Dra. Ângela repassou a condução dos trabalhos para a Engenheira Sylvia.

(Eng. Sylvia Teixeira – Mesa Técnica) A arborização urbana é um assunto muito debatido e estamos tentando sanar essa demanda. O fato de um determinado assunto não estar presente no plano não quer dizer que nós não trabalhemos em cima dele. Na medida do possível nós temos ações da SVDS com a SMSP e queremos incrementar essa parceria para podermos tratar esses

assuntos junto com eles. Alguns hiatos não exigem necessariamente a elaboração de um plano para que o assunto seja abordado.

Sobre a Operação Urbana, é uma proposta muito interessante, eu me lembro do primeiro croqui da operação. Nós ajudamos a delimitar os setores utilizando elementos ambientais e também algumas barreiras físicas. O problema é que a operação não funcionou, não posso explicar exatamente a causa, mas posso dizer que a ideia era muito boa. Nela cada empreendedor que tivesse sua propriedade inserida na área poderia implementar parte daquele grande parque, como se fossem frações que ao longo do tempo iriam se concretizar. Posso até estar enganada, peço desculpas aos colegas da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (SEPLAN), mas acredito que o problema foi na troca dos potenciais construtivos e em decorrência dessa troca não foi lançado um projeto executivo para que a própria cidade pudesse implementar a ideia, se houvessem recursos.

Acredito que essas duas questões sejam centrais, há muito tempo não participo das reuniões sobre as operações consorciadas do Capivari, mas me lembro que um dos problemas foi a regulamentação dos Certificado de Potencial Adicional de Construção - CEPACs e a outra é que não foi providenciado um projeto executivo conceitual e funcional.

O Plano de Desenvolvimento Metropolitano também será tratado na escala Plano Diretor, sendo assim, essas interfaces serão revisadas a medida do possível revendo essas conexões.

Ao final de sua fala, a Eng. Sylvia repassou a condução dos trabalhos à Dra. Mariana Cisotto.

(Dra. Mariana Cisotto – Mesa Técnica) Estão previstos através de um programa, uma parceria com a AGEMCAMP para que consigamos estabelecer as conexões intermunicipais.

Além disso, sobre a expansão urbana na APA existe o chamado marketing verde e é necessária uma mudança de cultura com relação a isso. Existem casos de pessoas que vivem próximas às Áreas Verdes e que chegam a jogar animais em churrasqueira devido a esse conflito. Não previmos isso no Plano do Verde, mas acreditamos que tenha que ser criada uma legislação, com normas de conduta e com fiscalização rigorosa. Mas, além disso, são necessárias atividades de educação e sensibilização ambiental, que devem orientar sobre como viver nesses espaços.

Nesse momento, o arquiteto Cezar complementou a fala da Dra. Mariana lembrando a questão do Estatuto dos Animais.

(Arq. Cezar Capacle – Mesa Técnica) Existe um paralelo entre a questão dos seres humanos e o Estatuto dos Animais, que está em fase de elaboração, que prevê uma série de direitos e que será um instrumento norteador nessa questão.

Retomando a fala, a Dra. Mariana retomou a questão de como trabalhar o conflito entre o homem e a natureza.

(Dra. Mariana Cisotto – Mesa Técnica) Existe hoje um conflito de uso entre Parques Naturais, Unidades de Conservação e moradias ou ocupações irregulares. Nesse sentido é necessária uma sensibilização dessas pessoas para sanar essas dificuldades.

Ao final de sua fala, a Dra. Mariana passou a condução dos trabalhos para o Arquiteto Cezar Capacle que deu início ao segundo bloco de perguntas. Os questionamentos estão apresentados abaixo:

(Tereza Penteado) Sobre o plano de arborização, foi dito que temos uma versão de 2013 e outra 2015, eu tenho apenas um que inclusive já está disponível na internet. Tenho muitas opiniões contrárias com relação a esse plano. Não é um plano com uma ideia boa, não satisfaz as necessidades, é um plano muito fraco. Eu vou compará-lo com nosso inventário do Cambuí, de 2007 e 2012 que são os únicos da cidade. Nós vamos estar atualizando esse inventário de 2012 que vai ser disponibilizado mapa no site com informações georreferenciadas, contendo informações sobre equipamentos urbanos, fiação e outras características. Por englobar essas características será um mapa dinâmico e nós iremos cobrar da prefeitura essas questões. No nosso mapa, as pessoas poderão interagir, cuidar da sua árvore, do que tem em frente à sua casa. São muitas ideias e elas estão acontecendo.

Gostaria de ressaltar sobre a questão da arborização ser tratada pela Secretaria de Serviços Públicos (SMSP). Isso é um absurdo, temos casos onde a árvore está junto ao paralelepípedo ou junto ao lixo. A árvore precisa de um cuidado mais especial e é verde, então acho que no meio do estudo temos que sugerir maneiras de transferir a responsabilidade.

Também gostaria de falar sobre a drenagem, inclusive com detalhamento dos problemas de impermeabilização que a cidade promove com os empreendimentos e que trazem enchentes. A drenagem é necessária para o município e inexistente um plano de drenagem para Campinas.

(José Furtado) Sobre a questão da água e do verde, como dito pela Sra. Tereza, nós achamos que a SVDS precisa fazer jus ao seu nome. A questão do Departamento de Parques e Jardins estar junto à SMSP, gerou uma discussão no início do governo. O COMDEMA se posicionou pela transferência do departamento para a SVDS. Com relação ao corte de árvores, trata-se de uma função que eles realizam com eficiência, porém a questão da criação, preservação e manutenção, das Áreas Verdes, com exceção dos jardins, eles não conseguem fazer. Apesar do PMV não englobar a arborização urbana, fica o meu pedido pela elaboração de um trabalho de porte a respeito do tema dentro do ambiente urbano. A impressão que ficou é de que o suporte dado pela SOS Mata Atlântica tem a ver com Campinas, mas ao mesmo tempo não se relaciona com o contexto urbano do município.

Apenas para complementar, sobre a questão dos Parques Lineares, eu senti falta de um cenário ideal para os Parques. Existe um diagnóstico e uma meta, mas não existe o ideal ou utópico para o assunto. A nossa zona urbana não foi tratada com profundidade dentro do Plano. Volto a elogiar o Plano, mas proponho que seja colocado dentro do documento sua proposta de revisão para daqui a três anos, que é um tempo razoável para que as ideias sejam amadurecidas.

Para finalizar a questão dos Parques Lineares, tenho um questionamento a respeito da tabela da página 18 sobre itens excluídos. Esses itens estavam dentro dos Planos Locais de Gestão e eu queria entender como funcionaram essas mudanças.

(Felipe Fedozzi- por filipeta) Foi citado sobre a *Leucaena sp.* entre outras espécies de árvores exóticas invasoras. Gostaria de saber quais providências serão tomadas a respeito disso, de qual forma e em qual caso.

(Ronaldo Luís – por filipeta) Como conciliar a implantação do Plano do Verde com a pressão pela expansão imobiliária?

(Laura Bueno) Acho muito importante que todos os planos e ações públicas tenham um embasamento filosófico, portanto a questão exposta pelo Sr. Ronaldo Luís deve ser destacada. Em primeiro lugar, como o Sr. Secretário informou no início da apresentação, a ideia é que o Plano esteja presente no orçamento municipal. Com isso, para que as ações tenham viabilidade é

necessário que estejam casadas com o Plano de Habitação, de Saneamento e com as ações do PCJ. Gostaria de reforçar isso para que ocorra essa racionalidade da ação. Vou exemplificar aqui com um caso recente de remoção de favela, onde a ocupação foi removida, que é a parte mais difícil, onde é necessário prover habitação para todos, mas não havia verba prevista para remoção do entulho e arborizar a Área Verde. Uma pesquisa da UNICAMP demonstrou que essa foi uma das áreas onde mais ocorreu dengue no ano passado. Acredito que se vai haver uma ação ela precisa ser planejada. Vale lembrar que vivemos em uma democracia representativa, mas também participativa, sendo assim, essas ações tem que englobar todas essas dimensões.

Gostaria de reforçar a questão dos eventos extremos, para que reconheçamos a necessidade de tratar esse assunto dentro da Política Ambiental e dos diversos planos. Os eventos extremos aos quais me refiro são as secas, inundações e ventos, que começam a preocupar.

Com relação à questão das áreas públicas, gostaria de ressaltar para registro da Audiência Pública que temos que tratar a questão dos novos loteamentos e dos novos condomínios. A legislação já prevê diante do impacto gerado pelos condomínios, que eles sejam cobrados com relação à Área Verde e isso precisa ser tratado também nos loteamentos.

Foi comentado também sobre diversos projetos com a PUCC, que estão sendo tratados no nível da pós-graduação, como as novas concepções de parques e Áreas Verdes urbanas. Assim, talvez fosse válido um tipo de convênio para ser trabalhado junto com a graduação.

Por último, gostaria de reforçar a questão da qualidade das águas. Eu compreendo a importância da informação científica, mas estamos tratando aqui uma questão bem mais básica, que é o saneamento básico. Junto com a questão dos Parques Lineares, é preciso que haja uma solução para coleta das favelas e conjuntos residenciais reconhecidos ou regularizados. É importante reconhecermos que não se trata saber a qualidade da água. A minha preocupação não é saber se essas águas do ambiente urbano serão utilizadas para o abastecimento, mas sim que elas façam parte da qualidade do ambiente urbano.

Ao final da fala, o arquiteto Cezar Capacle encerrou às 21:15 o prazo para inscrições de perguntas, informando que novos questionamentos deveriam ser encaminhados para o email: planodoverde@gmail.com ou meioambiente@campinas.sp.gov.br em até 15 dias contados a partir da data da Audiência. Em um breve resumo dos questionamentos, informou para a mesa

técnica os principais pontos abordados (Plano de Arborização Urbana, Gestão da Arborização Urbana feita pelo DPJ, questão do Plano Municipal de Mata Atlântica e a pertinência do plano dentro do ambiente urbano, cenário ideal de Parques Lineares, proposta de revisão do plano em três anos, o problema da *Leucaena sp.*, como conciliar a expansão imobiliária com o Plano do Verde, eventos extremos, questão dos condomínios e as áreas verdes de loteamento, adequação do convênio com a PUCC e a reiteração sobre a qualidade das águas) e passou a condução dos trabalhos para a Dra. Mariana Cisotto.

(Dra. Mariana Cisotto – Mesa Técnica) Gostaria de fazer algumas considerações sobre o questionamento da Sra. Tereza, agradecendo primeiramente pela colocação sobre a questão da arborização urbana e do sistema de drenagem. São colocações extremamente pertinentes, estamos registrando e faremos essa demanda que podem vir a ser um encaminhamento dos nossos programas ou aprimoramento dos nossos estudos.

Sobre a questão da conciliação do PMV com a pressão exercida pela expansão imobiliária, temos como estratégia a reserva de espaços estratégicos e a construção de um cenário totalmente espacializado, assim nós reservamos um espaço onde conseguimos conter as lacunas. Em um espaço onde temos a indicação de implantação de um Parque Linear, por exemplo, a área deve ser reservada para que não ocorra ali uma arborização de adensamento. Para isso, nós vamos alinhar esses procedimentos nas nossas revisões, para que quando passem projetos de expansão urbana pelo Licenciamento Ambiental a equipe técnica condicione o empreendimento aos regramentos necessários, estabelecendo o rigor necessário para cada caso especificamente. É por isso que nossos parques estão espacializados e esses mapas estão oficializados no Plano Diretor, então vamos entrar no zoneamento do Plano Diretor, assegurando dessa forma a implantação do PMV.

Sobre a questão do programa das espécies exóticas invasoras, temos hoje uma fiscal da SVDS que mapeou os pontos onde há ocorrência de *Leucaena sp.* e nós podemos visualizar quão grave é o problema. Temos uma resolução onde temos quais são nossas exóticas invasoras mais problemáticas no município, sendo a *Leucaena sp.* a espécie mais crítica. Mas como lidar com a espécie e qual o prazo? O prazo é contínuo e segundo os dados da nossa fiscal é necessário que se realize um controle de sementes de dois em dois meses e um controle geral por pelo menos 20 anos, caracterizando um programa permanente. Segundo o detalhamento do programa que envolve a questão das espécies exóticas invasoras temos que serão realizadas as atividades de:

estudo das principais espécies exóticas invasoras do município; elaboração de um manual de manejo; manejo das espécies; manutenção e monitoramento; divulgação à população; elaboração de normativa punindo a manutenção de exótica invasora em propriedade privada.

Sobre o assunto, já foram tomadas algumas ações como a revisão da compensação ambiental com a lista de exóticas invasoras que mudou a compensação, uma vez que a mudança de um indivíduo de espécie exótica invasora para um indivíduo de espécie nativa é um enorme ganho ambiental, sendo essa uma flexibilização que auxilia no controle da *Leucaena sp.*

Finalizando sua fala, a Dra. Mariana passou a condução dos trabalhos da mesa técnica para a Eng. Sylvia Teixeira.

(Eng. Sylvia Teixeira – Mesa Técnica) A respeito dos questionamentos realizados pelas Sras. Tereza Penteado e Laura Bueno, realmente a questão da drenagem é vital e inclusive já foi apontada no Plano de Saneamento, não me recordo qual o período, porém existe um programa voltado para a elaboração de um Plano de Drenagem para o município. Não será realizado apenas um mapeamento de pontos de alagamento ou enchentes nesse caso.

Com relação à questão da qualidade das águas, a Sra. Laura tem razão e realmente foi uma falha. No Plano de Recursos Hídricos, inclusive, quando fazemos a projeção de cenário futuro nós consideramos a previsão do Plano de Saneamento para a universalização do serviço. Quando fazemos a previsão da melhoria da qualidade das águas consideramos que o Plano de Saneamento será eficaz nessa universalização do serviço, uma vez que se tal processo não ocorrer não será possível obter resultados positivos no que diz respeito à questão da qualidade da água no município. Diante disso nós consideramos que teremos uma boa qualidade da água não só pelos programas do Plano de Recursos Hídricos, mas também pelas ações do Plano de Saneamento Básico.

Sobre a questão das favelas, quando ocorre um processo de remoção é realmente muito difícil coordenar um cronograma conjunto. Temos um caso em Sousas, resultado de uma ação pública onde conseguimos coordenar ações dentro de um cronograma com a SMSP, resultando na remoção da ocupação irregular, na contenção das margens, no plantio de árvores e na construção da praça.

Apesar de ser um tema difícil, pois cada Secretaria dentro da Prefeitura possui seu próprio cronograma, esse é o caminho correto para a recuperação de áreas ocupadas, é necessário que exista uma conexão entre os cronogramas.

A questão sobre como conter a expansão urbana, eu peço para que vocês reforcem a questão na discussão do Plano Diretor. Nós vamos incluir o tema, mas quanto mais pessoas reforçarem o assunto, mais importância é dada a ele.

Sobre a parceria com a pós-graduação da PUCC, nós a realizamos há aproximadamente dois anos e trata-se de um voluntariado. Na época apresentamos diversos assuntos para que fossem trabalhadas nos diversos níveis e os produtos fossem úteis para a nós. Foi nessa parceria que descobrimos inúmeras atividades que não só a PUCC, como provavelmente diversas universidades realizam e isso possibilitou que esse conhecimento fosse trazido para a SVDS, permitindo que as ideias sejam aplicadas na prática.

Dentro da questão das Áreas Verdes e Sistemas de Lazer, realizamos há pouco tempo uma palestra sobre o assunto na Universidade Paulista (UNIP) para o curso de graduação. Na palestra abordamos com os alunos as diferenças entre as áreas, para que no futuro quando eles elaborarem seus projetos planejem as áreas respeitando suas características e enxerguem a presença de Áreas Verdes, deixando de lado a ideia de aproveitamento máximo do lote. Estamos então paralelamente realizando esse trabalho de troca de informações com as Universidades, nos níveis de graduação e pós-graduação.

Estamos trabalhando também com a extensão universitária, que transversa os níveis. Inicialmente os resultados foram muito positivos, temos hoje um projeto executivo do Córrego da Lagoa que foi desenvolvido em sua totalidade por alunos.

Ao final de sua fala, a Eng. Sylvia passou a condução dos trabalhos para a Dra. Ângela Guirao.

(Dra. Ângela Guirao – Mesa Técnica) A respeito do questionamento realizado pelo Sr. José Furtado, sobre o conteúdo da tabela contida na página 18 do Prognóstico, a tabela como citada foi construída junto com a comunidade. Participei do processo de projeção de diversos parques ali desenhados por meio de inúmeras consultas públicas.

Acredito que o momento é de reflexão e talvez as proposições realizadas precisem de um aprimoramento e essa foi nossa proposta. Nós fomos para campo, fizemos a observação de todas

as propostas de Parques existentes e fomos identificando as principais dificuldades que impediram sua implantação. Diante dessa situação, nós revisamos todas as propostas e tentamos espacializar tudo de uma forma homogênea no território. Se observarmos dentro da Macrozona 5 por exemplo, todas as APP são Parques Lineares e talvez esse não seja o caminho correto. Na época da construção da proposta, nós tínhamos a ideia de mostrar a importância da área, porém na prática a realidade acaba sendo diferente. Diante disso nós realizamos essa avaliação, repensamos o assunto e talvez até tenhamos que repensar novamente a questão através de um olhar mais criterioso.

Como estamos passando pela revisão do Plano Diretor e talvez os Planos Locais de Gestão sejam revogados, nós utilizamos do momento para realizar a revisão dessas áreas. No momento essas propostas continuam valendo, nosso plano será instituído por decreto e a partir desse momento nós realizaremos o estudo de viabilidade de cada parque. Nós também fomos para campo observar a atual situação dessas áreas e foram elaboradas fichas individuais para cada Parque proposto. Em resumo, nós realizaremos o estudo de viabilidade, e então a partir dos critérios de priorização será possível saber quais as medidas necessárias para a implantação do Parque.

Com relação a SOS Mata Atlântica, eles nos auxiliaram na questão do mapeamento das Áreas Verdes de Função Ecológica com os critérios que eles já haviam estabelecido. A Fundação possui um manual de implantação do Plano Municipal da Mata Atlântica e nesse momento nós utilizamos da experiência que eles tiveram com a implantação nos municípios. Incorporamos o Plano da Mata Atlântica no Plano Municipal do Verde, pois com essa ação conseguimos atingir a interface das Áreas Verdes Sociais e também utilizar recursos provenientes do Fundo da Mata Atlântica.

A Dra. Mariana ressaltou nesse ponto, a importância de proteção do Cerrado, uma vez que estamos dentro de uma área de transição de biomas.

O cenário ideal dos Parques Lineares está incluso apenas no Sistema de Áreas Verdes - SAV e talvez a reflexão dentro de um cenário seja um ponto importante para revisarmos.

Quanto ao processo de revisão do PMV no prazo de três anos, estamos pensando em cinco anos inicialmente, mas todo ano estaremos realizando o acompanhamento e divulgação, inclusive junto ao COMDEMA.

Sobre as áreas consolidadas, fica a impressão de que existe uma lacuna e de que a questão das áreas centrais não foram abordadas. Ao término do mapeamento das praças, o mapa de déficit de

Áreas Verdes de Função Social será modificado, uma vez que as praças suprem essa necessidade. Nas Oficinas Participativas foram citadas diversas praças utilizadas para finalidades sociais que são utilizadas e suprem a questão do déficit de Áreas Verdes no centro urbano.

Ao final da fala da Dra. Ângela, o Sr. José Furtado acrescentou uma ressalva ao seu questionamento.

(José Furtado) Sobre a necessidade das praças, essa foi uma das razões pela qual sugeri uma revisão de três anos do Plano, pois esse é o período médio que vocês estabeleceram para realizar o levantamento das praças e que pode ocorrer de maneira mais rápida. A respeito dos Parques Lineares, me preocuparam algumas propostas de Parques que foram excluídas por estarem na zona rural. Preocupou-me principalmente o fato de estarem sendo excluídas ideias que dentro de um olhar ideal deveriam ser mantidas, pois dentro de um intervalo de tempo o perímetro urbano pode chegar até esse local.

Ao final da fala do Sr. José Furtado, o arquiteto Cezar Capacle assumiu a condução da Audiência, respondendo ao questionamento da Sra. Laura Bueno acerca da questão dos eventos extremos.

(Cezar Capacle – Mesa Técnica) Dentro do planejamento da SVDS está contida a Política Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas. Essa política vem do inventário de emissão de gases do efeito estufa que está em contratação no momento e que terá abordagem metropolitana. As 20 cidades da Região Metropolitana de Campinas (RMC) assinaram o protocolo, possibilitando a criação de uma política regional de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Proveniente dessa política e de uma sinalização do próprio inventário será elaborado um plano de ações com metas estipuladas em 10, 20 e 40 anos e cenários para esses mesmos prazos com avaliação da efetividade das ações implementadas no município e região de Campinas. Sobre a questão eventos extremos, existe um planejamento previsto que aborda a temática.

Ao final da sua fala, o arquiteto Cezar passou a condução dos trabalhos da mesa técnica para a Eng. Sylvia Teixeira.

(Eng. Sylvia Teixeira – Mesa Técnica) Sobre a questão dos eventos extremos, a SVDS também está preocupada sobre o assunto. O Plano de Recursos Hídricos delimitou uma área da cidade que se encontra em um nível alto de consolidação, com grande adensamento e córregos canalizados, fato que dificulta a possibilidade de intervenção natural. Já foi verificada inclusive a possibilidade de tratamento diferenciado para essa região para evitar a ocorrência de eventos extremos. A resiliência nesse caso é a capacidade da cidade naquela região encontrar uma alternativa para resolver seus problemas. São ações diferenciadas para regiões que estão ocupadas com relação aquelas que ainda tem espaço para ações, inclusive já foi realizada a diferenciação de um setor e essa distinção tem que ser contemplada. Não é possível implantar um programa de recuperação de APP em um local onde não existam corpos d'água, aplicando uma ação diferenciada de acordo com o objetivo de cada área.

Ao final da fala, o arquiteto Cezar Capacle complementou a resposta da Eng. Sylvia.

(Cezar Capacle – Mesa Técnica) O município de Campinas participa do Programa Cidades Resilientes da ONU e tem sido elogiada muito devido à ação da Defesa Civil do município que inclusive realiza palestras e capacitações em todo o Estado de São Paulo. Essa atuação deles na adaptação às mudanças climáticas e aos eventos extremos é intensiva.

Ao final da resposta da mesa técnica o Sr. José Furtado realizou um complemento relacionado ao Estatuto de Proteção dos Animais.

(José Furtado) O estatuto ficou pronto, eu fui um dos coordenadores e ele estabelece multas e punições para quem causar maus-tratos aos animais. O que eu acho importante é que o comprador do imóvel ou o empreendedor assuma responsabilidades muito bem definidas sobre os animais que estão lá, pois o Estatuto prevê apenas para quem mata e maltrata. O Plano que foi feito sobre a ocupação de Áreas Verdes de Campinas precisa ser muito claro com regras muito bem definidas sobre a questão das pessoas que vivem próximas as Áreas Verdes.

Ao final do complemento o arquiteto Cezar Capacle assumiu os trabalhos para o sorteio dos livros.

Dentre os livros sorteados estavam os exemplares de: Ações municipais para proteção das águas do estado de São Paulo, de autoria da Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo, Licenciamento ambiental municipal, de autoria de Andrea Cristina de Oliveira Struchel e

Manual para Recuperação de Matas Ciliares de autoria do Consórcio PCJ. Foram no total 45 inscritos para os sorteios e os vencedores foram: Laura Bueno, Patrícia Ferreira e Jorge Antonio Mercante.
















Às 22h, Cezar Capacle encerrou os trabalhos, reforçando que no prazo de 15 dias a SVDS irá receber questionamentos e contribuições pelo e-mail: planodoverde@gmail.com. Esta Ata foi redigida pelo Sr. Guilherme Henrique Pereira da Silva e pela Sra. Ângela Cruz Guirao.

Registro fotográfico





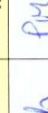



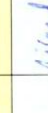







Lista de Presença

AUDIÊNCIA PÚBLICA – PLANO MUNICIPAL DO VERDE				
Nome Completo	Email para Contato	Instituição	Assinatura	
1 Vanderlei PEREIRA Campos	vcampos@cmv.org.br	CEIA		
2 HENRIQUE DE PEREIRA e JÚNIOR	Henrique@gmail.com			
3 Luiz Carlos Pastini	luizcarlospastini@uol.com.br	Comarca Municipal		
4 STEFAN ROHR	meirembisante@corp.org.br	CIFSP		
5 Geraldo Magela Martins Córdova	geraldomagalda@campi.mec.sp.gov.br	PMC		
6 Waldemar JOSÉ FELIXE	waldemar@itforvis.com.br	SENAC		
7 Ruy Elm de Castro Costa	ruycastro@yahoo.com.br	Senac		
8 Vitor Guedim RODRIGUES	victor.guedrigues@sp.senac.br	Senac		
9 Wellington Luis Vilos Bues	wellingtonbues@hotmail.com	Senac		
10 Adriana Felipe de Araújo	chicaf.2007@hotmail.com	RAKam		
11 Edilson Barboza Freire	edilsonfreire@hotmail.com	SENAC		
12 Paulo Cesar Domizete	PC.Domizete@bol.com.br	Senac		
13 Cândida P. da Costa	Candidapcosta@gmail.com	Fecap/Unicamp		
14 Jorge Antonio Mercante	jorge.mercante@guaril.com.br	comcomit		
15 Eduardo Felipe de Souza	RuiSouza@fz.com.br	SENAC		

05/05/2016

AUDIÊNCIA PÚBLICA - PLANO MUNICIPAL DO VERDE

Nome Completo	Email para Contato	Instituição	Assinatura
Ricardo Simão Amorim	ricardo.amorim@campinas.sp.gov.br	PMC/SUDS	
Carlos Alexandre	alexandre.comendino@gmail.com	Comendino	
Luiza Gugelotto Benemann	luiza@globevia.com.br	CREA - SP	
EDUARDO BAZEM	EDUARDOBAZEM@VIAVOO.COM.BR	AAMAR	
Rebeca Leigo Barone	rebeca.leigo@total.com	PMC/SUDS	Aironm.
Gabriel R. M. Neves	gabriel.damas@hotmmail.com	PMC/SUDS	
Vitor Marcos Ribeiro	vitor.ribeiro@campinas.sp.gov.br	PMC/SUDS	
Miriam Pereira	LOPESR.M@HOTMMAIL.COM	SEE	
Fernando Gonçalves De Martino	fernando.goncalves@campinas.sp.gov.br	PMC/SUDS	
Sidnei de Souza	Sidnei@cria.org.br	CREA	A.
Ana Luiza A Beraldo	ana.beraldo@cps.sp.gov.br	DLA/SUDS	Ana Luiza A Beraldo
PATRICIA NEVES BARBOSA	PATRICIA NEVES@CPS.SP.GOV.BR	DLA/SUDS	
Geraldo Magela Ferreira	ggmagela@ud.com.br		
Antonio Marcos Machado	tunicepede@ogmail.com		
Sylva R. D. Teixeira	prteixeira@gmail.com	GS/SUDS	

AUDIÊNCIA PÚBLICA – PLANO MUNICIPAL DO VERDE			
Nome Completo	Email para Contato	Instituição	Assinatura
22 Luana Meralles	luananacpm3@hotmail.com		Fernando
23 Tarciso Hellen	hellen906@outlook.com.br	EB	
24 Jaine Dantas	JaineDantas500@gmail.com	PUC Campinas	Jaine Dantas
25 Cyntia Amy S. Gabriel	cyntia.amy.s.gabriel@gmail.com	FJPO	Cy
26 Jádya Barcei Junqueira	barceijadya@gmail.com	SENAC CAMPINAS	Jadya Junqueira
27 Luana Helene Pappo Jona	luana.p.pappo@gmail.com	SME	Luana
28 Beatriz + Bueno Brandão	brbrbrnd@uol.com.br	PUC-Campinas	Bea
29 Maria Claudia C. da Silva	mariaclaudia.c.da.silva.19@gmail.com	PUC-Campinas	Maria Claudia
30 Victor Marinheiro	VICTORMARINHEIRO@ymail.com	Município	Victor
31 Gabriel R. L.P. Coelho	gabrielr297@hotmail.com		Gabriel
32 Jose Luiz Silva	JOS LUIS MONTEIRO@gmail.com		José Luiz
33 Nathalia Aparecida Borges	nathalia.borges@gmail.com	USF	Nathalia
34 Karina Guatimov Oliveira	karina.guatimov@gmail.com	USF	Karina
35 Felipe Augusto Fudoggi	FelipeAugustoFudoggi@hotmail.com	USF	Felipe
36 Valéria	valeria.pereira@ufcm.edu.br	Sauasa	Valéria

AUDIÊNCIA PÚBLICA – PLANO MUNICIPAL DO VERDE			
Nome Completo	Email para Contato	Instituição	Assinatura
37 Triago Guzelbeto Gomes	triago.guzelbeto@gmail.com		
38 Guilherme Henrique Pinheiro de Sousa	guilherme.pinheiro@sebrae.org.br	SVDs	
39 Mulina Mussarelli	mulinamussarelli@gmail.com		
40 EDUARDO CAMARGO	ECAMARGO1002@GMAIL.COM		
41 José Furfuro	m.furfuro@sebrae.org.br	Companhia que gerencia SVDs	
42 Patrícia Figueira de Souza	patty.fur3a29@gmail.com		
43 Paulo Roberto N. da Costa	PauloRoberto123@hotmail.com	SENE	
44 Ana Paula Pellegrino	appellegri@gmail.com	com SVDs	
45 Daniel T. Santos	danilohtf@hotmail.com	SENEC	
Weslem Marques	weslem.marques@gmail.com.br		
Ronaldinho da Silva	ronaldo_tecnologo@yahoo.com.br		
Heliza Fava Figueira	heliza.fava@sebrae.org.br	SVDs	
Alethea Barzani Peraro	ab.peraro@camp-nor.sp.gov.br	SVDs	

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Plano Municipal do Verde

Plano Municipal da Mata Atlântica

05 DE MAIO DAS 18h ÀS 21h
SALÃO VERMELHO DO PAÇO MUNICIPAL
AV. ANCHIETA, n° 200, CAMPINAS - SP

VENHA PARTICIPAR DA ETAPA FINAL DESTES
DOCUMENTOS, VISANDO À MELHORIA DA QUALIDADE
DE VIDA DA POPULAÇÃO E DOS ECOSISTEMAS

http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/plano_municipal_verde.php

Realização:



PREFEITURA DE
CAMPINAS
Um novo tempo
para nossa cidade

